

# Uma vitória da Língua portuguesa

por António Maria Pereira

Na Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual que decorreu em Genebra, de 24 de Setembro a 2 de Outubro, e em que participei, esta importante organização internacional do Sistema das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, o português, como língua de trabalho, autorizando o seu Director Geral, Arpad Bogsch, a afectar a esse objectivo a quantia de 90.000,00 Francos suíços.

O acontecimento, que constitui um «post-facio» à polémica sobre a língua portuguesa desenrolada, no início deste ano, nas páginas do «Jornal Novo», e em que intervieram Natália Correia, António Reis, Vitor de Sá Machado, e eu próprio, merece alguns comentários (1).

O primeiro ponto a destacar é a sua exemplaridade. Pela primeira vez a língua portuguesa foi consagrada como língua de trabalho numa das agências especializadas do sistema das Nações Unidas. A partir de agora as publicações sobre Direito de Autor e sobre Direitos de Propriedade Industrial (incluindo transferências de tecnologia) destinadas à promoção cultural e tecnológica dos novos países africanos de expressão portuguesa, e também ao Brasil, chegarão até eles em português, e já não, como até aqui acontecia, em espanhol ou em francês. O português tornar-se-á, por isso, neste sector, uma língua útil para estes países, os quais, até agora, eram obrigados a recorrer a outras línguas e, sobretudo, ao espanhol.

Toda a gente, em Portugal e nas ex-colónias portuguesas, se congratulará, certamente, com o acontecimento — salvo os professores cubanos que, em Angola, ensinam em espanhol, em vez de em português, e os inefáveis terceiro-mundistas da nossa praça, que tenazmente se opõem à promoção internacional da nossa língua.

## II

O segundo ponto a fazer ressaltar é este: até agora, a adopção do português como língua de trabalho de algumas organizações internacionais regionais resultou sempre e exclusivamente da

iniciativa e esforços de outros países — nunca de Portugal: na Organização de Unidade Africana, o português foi adoptado por iniciativa de Agostinho Neto; na região africana da Organização Mundial de Saúde, por proposta do respectivo comité regional para África; na F.A.O., para a América Latina, a pedido do Brasil.

Portugal recusou-se sempre a empreender a defesa da língua e, pior do que isso, certos sectores responsáveis altamente colocados tudo fizeram para anular os esforços para promoção do português por vezes tentados. António Reis, quando Secretário de Estado da Cultura, e a ex-Embaixadora Maria de Lurdes Pintasilgo travaram a promoção do português na UNESCO. E quando Vitor de Sá Machado, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do II Governo Constitucional, no desenvolvimento da primeira ofensiva coerente do MNE para impor o português na UNESCO, a partir da primeira reunião da Organização em Portugal, em Lisboa, em Abril de 1978, deu instruções expressas à nossa então Embaixadora para formalizar o pedido de adopção do português como língua de trabalho daquela importante organização cultural internacional — a actual Primeiro-Ministro, servindo-se das habituais diplomacias paralelas, conseguiu neutralizar os esforços do Ministro nesse sentido.

Ao contrário do que até agora sempre aconteceu, desta vez a adopção do português pela OMPI foi o resultado de uma iniciativa portuguesa. Sucedeu que aos 9 de Setembro de 1978 — portanto, sensivelmente na mesma altura em que Maria de Lurdes Pintasilgo se servia da sua influência para neutralizar a iniciativa de Vitor de Sá Machado para adopção do português na UNESCO — Consegui luz verde do Embaixador de Portugal em Genebra, Dr. Adriano de Carvalho, para requerer formalmente a adopção do português na OMPI. A delegação portuguesa pôde assim, quase às escondidas daquelas influentes esferas, formalizar o requerimento, o qual seguiu os seus trâmites normais — discussão da admissibilidade no Comité de Coordenação, apreciação pelo se-



cretariado e pelo Comité do Orçamento — e foi agora discutido e aprovado por unanimidade na Assembleia Geral, tornando o português uma das línguas de trabalho da Organização.

## III

O terceiro comentário que o acontecimento merece é este: a aprovação do português como língua de trabalho da OMPI, com as despesas a cargo da Organização, constitui a prova definitiva da inconsistência dos argumentos sustentados por Maria de Lurdes Pintasilgo e António Reis para se oporem à promoção do português na UNESCO, empreendida por Vitor de Sá Machado e por mim próprio.

Esses argumentos eram dois:

a) — O receio de ferir as susceptibilidades das nossas ex-colónias, que não estariam interessadas na promoção da língua (!); e

b) — Os custos excessivos que, para Portugal, daí resultariam.

O fenómeno do terceiro-mundismo caracteriza-se além do mais, por uma mórbida hipertrofia da sensibilidade — com a correspondente perda de objectividade — em tudo o que se relaciona com as nossas ex-colónias, conduzindo à adopção, em relação a elas, de atitudes de subalternização, próximas da humilhação que, em relação a qualquer outro país, não seriam tomadas. A recente e vergonhosa recusa de asilo político a Miguel Trovoada é exemplar a este respeito: não fosse ele nacional de S. Tomé — fosse chileno, ou sul-africano, ou mesmo brasileiro — e certamente o asilo político lhe teria sido concedido. Mas como esse acto humanitário era susceptível de desagradar ao governo de uma ex-colónia portuguesa, preferiu-se a ig-

nomia de recusa do asilo, que um mínimo de humanidade e de ética internacional impunha que fosse concedido.

O receio de que a iniciativa de propor aos países africanos de expressão portuguesa, e também ao Brasil, a concertação de uma estratégia comum para a defesa da língua nas grandes organizações internacionais pudesse ser interpretada como manifestação de neo-colonialismo é típico deste terceiro-mundismo, cuja origem psicológica entronca num complexo de culpa relacionado com a chamada «des-colonização exemplar». Como, traduzindo obviamente o recado de Maria de Lurdes Pintasilgo, António Reis explicou na polémica sobre a língua portuguesa, aquela iniciativa não devia ser tomada por Portugal, mas sim por um dos estados africanos de língua portuguesa, visto este ser, segundo a nossa Embaixadora ao tempo, a única possibilidade de obter a sua aprovação (!)

O que aconteceu há dias na OMPI demonstrou a inanidade desta tese terceiro-mundista. Com efeito, o requerimento para adopção do português foi, como se disse, **apresentado por Portugal**, figurando o Brasil, a seu pedido, como co-subscritor. Angola, que ainda não é membro da OMPI, enviou uma mensagem ao Director-Geral da Organização, que lhe chegou durante o debate sobre a aprovação do português, e na qual afirmou o seu desejo de que a língua portuguesa fosse adoptada — como veio a acontecer.

Os factos contam mais do que todas as prolíxas dialéticas conceptuais sobre a nova ordem internacional, com poucos ou nenhuns reflexos nos interesses concretos portugueses, em que a ex-Embaixadora junto da UNESCO e actual Primeira-Ministra é exímia. E os factos são estes: **todas as dialéticas de Maria de Lurdes Pintasilgo não conseguiram levar à aprovação do português como língua de trabalho da Organização**. Enquanto ela aí permaneceu em funções como Embaixadora, foram sucessivamente adoptados o espanhol, o chinês e o árabe, continuando o português completamente marginalizado.

# Uma vitória da língua portuguesa

17/10/79



por António Maria Pereira

Concluimos hoje a publicação, ontem iniciada, do artigo do nosso prezado colaborador dr. António Maria Pereira, sob o título «Uma vitória da Língua portuguesa»:

## IV

Certo é que a UNESCO fez, no início deste ano, um esforço linguístico em relação a um dos países africanos de expressão portuguesa: Cabo Verde. Refiro-me ao colóquio sobre o crioulo realizado em Mindelo, patrocinado e subsidiado por aquela organização internacional, cujo objectivo final foi a substituição do português pelo crioulo como língua oficial daquele país.

Dado que Maria de Lurdes Pintasilgo fazia, nessa altura, parte do Conselho Executivo da UNESCO — onde ainda permanece — esteve certamente ligada a esta iniciativa. Qual a posição que sobre ela tomou, no que respeita à sua incidência sobre a língua portuguesa, assim colocada gravemente em perigo num país africano de expressão portuguesa, é assunto sobre o qual seria certamente interessante ouvi-la discorrer.

## V

Ao contrário do que tem acontecido na UNESCO, na OMPI, sem grandes alaridos, mas praticando os actos concretos necessários, Portugal conseguiu que o português fosse aprovado como língua de trabalho.

Que actos concretos foram esses?

Antes do mais, como atrás se disse, a apresentação do requerimento formal nesse sentido ao Comité de Coordenação em Setembro de 1978, simultaneamente com a sua defesa contra as opiniões contrárias, que logo se manifestaram, dos países mais ricos que financiam a Organização; depois, os contactos necessários, quer com a delegação brasileira, que incondicionalmente aprovou a proposta portuguesa, subscrevendo-a, quer com o delegado angolano às reuniões da OMPI, o qual desde sempre me exprimiu o grande interesse do governo da República Popular de Angola pela adopção do português como língua de trabalho da OMPI. Finalmente, houve que defender, com vigor e determinação, a proposta, na Assembleia Geral, o que não foi fácil, na medida em que certos países ocidentais, designadamente a França, a Alemanha, os Estados Unidos e o Canadá, por razões de ordem financeira, sustentaram a tese de que só as línguas aprovadas na ONU — que são o francês, o inglês, o árabe, o espanhol e o russo — deviam ser adoptadas como língua de trabalho das suas agências e, portanto, da OMPI. O de-

bate foi animado, por vezes extremamente vivo — mas o português acabou por vencer.

## VI

Quanto aos pretensos custos para Portugal inerentes à adopção do português como língua de trabalho, recordar-se-á que, na polémica, António Reis chegou a afirmar o disparate de que daí resultaria para o estado português «o sustento de mais 90 funcionários no estrangeiro e um investimento financeiro incomportável da ordem dos 3000.000 contos ou seja quase metade do orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura» (!!!)

Sempre, ao longo da polémica, eu afirmei que as despesas com as línguas nas organizações internacionais ficam, como é natural, a cargo do orçamento das mesmas.

Esta regra acaba agora de ser confirmada: a utilização do português pela OMPI será feita à custa do próprio orçamento da OMPI.

É certo que a primeira verba autorizada durante o próximo exercício — 90.000,00 Francos suíços cerca de 3000 contos — não é muito elevada. Mas é uma primeira etapa. Em regra a utilização das línguas nas organizações internacionais faz-se por etapas progressi-

vas. Não tenhamos dúvidas de que no futuro, a partir da adesão dos novos países africanos de expressão portuguesa à organização — Angola está iminente, e os outros seguir-se-ão — a utilização do português será ampliada.

## VII

Os governos que se têm sucedido desde o 25 de Abril pouco ou nada fizeram para promover a língua portuguesa. Continua, pura e simplesmente, a não existir uma política de defesa da língua, quer nas grandes organizações internacionais, quer a nível da sua aprendizagem nas comunidades portuguesas para os emigrantes e seus filhos.

A língua é a essência da permanência portuguesa no Mundo, o que Fernando Pessoa exprimiu num conceito lapidar: «A minha Pátria é a língua portuguesa».

Por isso a promoção da língua portuguesa no Mundo é um dos objectivos prioritários do programa de política externa da Aliança Democrática.

(1) Esta polémica, bem como outros artigos da minha autoria sobre a língua portuguesa, foram publicados em volume intitulado «A Língua Portuguesa em Perigo», edição da Fundação Oliveira Martins.